

Pronera como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico e autocrático na formação social brasileira

Do pós-golpe de 2016 ao governo Bolsonaro

Pronera as working class resistance to the hegemonic and autocratic project in Brazilian social formation

From 2016 coup to the Bolsonaro government

Michelle Sena Rosa de Araújo*

Os “radicais” terão de decidir de que lado estão: pela continuidade da ordem ou pela revolução social.

Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.013>



Incrá/MA

RESUMO

O artigo propõe uma análise teórico-crítica acerca do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico capitalista e autocrático na formação social brasileira (do pós-golpe de 2016 ao governo Bolsonaro). Considera as contribuições de Florestan Fernandes e seus intérpretes sobre os conceitos de capitalismo dependente, padrão de hegemonia capitalista e autocracia burguesa.

Palavras-chave: Pronera. Padrão de hegemonia burguesa. Autocracia. Formação social brasileira.

ABSTRACT

The article proposes a theoretical-critical analysis of Pronera (National Education Program in Agrarian Reform) as resistance of the rural working class to the hegemonic capitalist and autocratic project in the Brazilian social formation (after the 2016 coup to the Bolsonaro government), considering the contributions of Florestan Fernandes and his interpreters on the concept of dependent capitalism, pattern of capitalist hegemony and bourgeois autocracy.

Keywords: Pronera. Pattern of capitalist bourgeois hegemony. Autocracy. Brazilian social formation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar uma análise teórico-crítica acerca do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico e autocrático da burguesia capitalista na formação social brasileira do pós-golpe de 2016 até o governo Bolsonaro, considerando as contribuições de Florestan Fernandes para o pensamento social e político brasileiro acerca dos conceitos de capitalismo dependente, autocracia e padrão de hegemonia burguesa capitalista.

O texto está estruturado em dois eixos discursivos, além desta introdução e das considerações finais, a saber: análise teórica e crítica sobre a formação social brasileira, o padrão de hegemonia e autocracia burguesas em Florestan Fernandes, e o Pronera enquanto resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico e autocrático capitalista no Brasil durante o pós-golpe de 2016 e o governo Bolsonaro.

2. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, PADRÃO DE HEGEMONIA E AUTOCRACIA BURGUESAS EM FLORESTAN FERNANDES

As formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes complexas e típicas cujo modelo capitalista concreto que vingou e se mantém é o capitalismo dependente. Embora tenha lançado suas raízes na crise do antigo sistema colonial e sistema estamental pelo padrão compósito de hegemonia burguesa, o capitalismo dependente não se desvincilhou das relações oligárquicas tradicionais, mantendo características patrimonialistas e de uso autocrático das instituições democráticas na América Latina.

As formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes complexas e típicas cujo modelo capitalista concreto que vingou e se mantém é o capitalismo dependente. Embora tenha lançado suas raízes na crise do antigo sistema colonial e sistema estamental pelo padrão compósito de hegemonia burguesa, o capitalismo dependente não se desvincilhou das relações oligárquicas tradicionais, mantendo características patrimonialistas e de uso autocrático das instituições democráticas na América Latina



Famílias do MST do Maranhão reivindicam regularização fundiária e direitos como saúde e educação do campo durante jornada de lutas. Encontro de mobilização aconteceu no acampamento Maria Aragão, no município de Duque Bacelar (MA) em 15 de abril de 2024

De acordo com Fernandes (1975), sob esse novo padrão de hegemonia burguesa, as classes dominantes latino-americanas têm se reorganizado, se modernizado e recomposto o seu padrão de dominação historicamente, aceitando formas de associação privilegiadas com outros grupos e subgrupos das classes dominantes e setores intermediários em regra constituídos por agentes econômicos estrangeiros (capital internacional), comerciantes e profissionais liberais. Tal associação tem fortalecido o processo de superprivilegiamento, em que os privilégios internos e externos da classe dominante subordinada à burguesia hegemônica internacional são mantidos às custas da exploração e expropriação capitalista de setores da população assalariados (classe trabalhadora) e destituídos (os “condenados pelo sistema” a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial e ocasional, à pobreza, à miséria, à marginalidade, à exclusão socioeconômica, cultural e política etc.).

O padrão de hegemonia burguesa nas formações sociais latino-americanas, que é um produto do caráter dependente e subdesenvolvido da economia capitalista, permanece inalterado (hegemonia burguesa monolítica). Esse padrão de hegemonia tem essa característica monolítica pois busca salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos, que se perpetuam mediante a apropriação do excedente econômico nacional, e estimula uma racionalidade capitalista conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade e a iniciativa privadas, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político das classes dominantes.

Nesse “arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista” (Fernandes, 1975, p. 33), a sociedade de classes apresenta uma estratificação típica, em que a situação econômica regula o privilégio positivo ou negativo dos diferentes extratos sociais, condicionando os processos de concentração social de riqueza, de prestígio social e poder

(sobretudo o poder político institucionalizado e, portanto, o Estado e suas funções), além dos mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais.

Historicamente, o superprivilegiamento das posições de classes dominantes tem demonstrado tendências autoritárias e autocráticas que, segundo Fernandes (1975), demonstram que a tentativa de conciliar o irreconciliável criou certas tendências típicas da América Latina e culminou numa crise crônica das instituições políticas. Tal crise política provocou, em primeiro lugar, persistentes e fortes pressões das “classes baixas” e, por vezes, também das “classes médias” (classes trabalhadoras) contra os privilégios econômicos, socioculturais e políticos; em segundo lugar, levou as “classes altas” e “médias” (classes dominantes) a enrijecer os controles políticos, numa reação extrema de autodefesa do seu processo de dominação política e econômica que acabou se institucionalizando.

A concepção de Poulantzas (2000) sobre o Estado capitalista, que para o autor é condensação material de uma relação e correlação de forças desigual, dado que as classes e frações de classes dominantes exercem dominação sobre as demais classes, subordinadas (classe trabalhadora), contribui para a apropriação do conceito e papel desse Estado capitalista, que é regido pelo capitalismo dependente, conceito formulado por Florestan Fernandes no que se refere à dominação política e econômica. O papel do Estado capitalista se expressa na aliança das frações de classe, em que os interesses conflitantes variam segundo o contexto político-econômico do desenvolvimento das forças produtivas do capital e da sociedade de classes, em que uma ou mais destas têm a necessidade de exercer dominação sobre as demais, cabendo ao Estado o papel de mediador e organizador político entre as classes, com vistas a evitar sua própria destruição. Porém essa mediação e a conciliação promovidas pela ação estatal são direcionadas para garantir a hegemonia do capital sobre o conjunto da sociedade civil e da própria estrutura estatal. Entretanto, o Estado, apesar de, histórica e hegemonicamente, organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas (classe trabalhadora), exercendo o papel corretivo, poderá, nunca por iniciativa própria mas em reação a contestações organizadas e recorrentes da classe trabalhadora, ser disfuncional para os interesses de uma burguesia intransigente e dar respostas, com medidas e ações formuladas e implementadas, para a mitigação de conflitos, mantendo sua própria ordem e hegemonia conforme a lógica capitalista.

Portanto, Fernandes (1975) diz que é impossível introduzir regras democráticas se as classes sociais aceitam a ordem social competitiva (capitalista) que favorece a continuidade das desigualdades sociais e a rejeitam onde a democracia admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes sociais, pois enquanto o superprivilegiamento prevalece, o resultado aparece em sistemas de governo aparentemente democráticos que transformam a dita “democracia participativa ampliada” em uma variante da democracia restrita das velhas oligarquias.

A exceção à regra autocrática surge onde a classe trabalhadora logra oportunidade de contrabalançar ou desfazer a hegemonia burguesa, pois a tendência predominante das sociedades de classes capitalistas dependentes é manter o superprivilegiamento de classe, através da constante reformulação constitucional das relações autocráticas e autoritárias. As classes dominantes só fizeram a conciliação de classes quando foram pressionadas pela classe trabalhadora, o que resultou no aparecimento de um Estado democrático, capaz de salvaguardar a democracia e garantir o desenvolvimento com segurança. Porém esse Estado é burguês, típico da América Latina capitalista, já que não resolve as contradições de uma



O sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995)

sociedade de classes dependente e subdesenvolvida porque concretiza o ideal político de uma democracia circunscrita às classes privilegiadas e assegura a legitimação constitucional conquistada revolucionariamente para o uso de medidas excepcionais e discricionárias aplicadas em favor da consolidação da hegemonia burguesa em um período crítico de reorganização do capitalismo dependente na América Latina.

No que se refere à relação entre classe e poder, esse “Estado democrático” favorece o superprivilegiamento das posições das classes dominantes e dá continuidade ao modelo de desenvolvimento capitalista por associação dependente. Segundo Fernandes (1975), nas modalidades mais estáveis esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista, profascista (Leher, 2019); nas modalidades mais rígidas de institucionalização da revolução, esse Estado tem características totalitárias e dissimuladamente fascistas.

O Brasil, país latino-americano capitalista dependente, sob o governo Bolsonaro (2019 a 2022) constitui-se em um exemplo de Estado autocrático e autoritário com características profascistas, neofascistas (Leher, 2019; Boito Jr., 2023), às quais se referiu Florestan Fernandes ao analisar o capitalismo dependente nas formações histórico-sociais latino-americanas.

Para garantir a manutenção do padrão hegemônico burguês, as classes dominantes no Brasil, sob os blocos no poder organizados, diante da crise político-econômica de 2015 a 2016 (Boito Jr., 2023) deram o golpe jurídico-parlamentar e midiático (Araújo, 2021; Frigotto, 2018). Afirma Boito Jr. (2023, p. 11-12):

Desde a crise política de 2015-2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), o arranjo político que dava estabilidade ao bloco no poder sob a hegemonia da grande burguesia interna e sua política neodesen-

volvimentista foi substituído por outro, que representa a hegemonia da grande burguesia associada ao capital estrangeiro. Essa nova hegemonia, porém, e diferentemente da anterior, afirma-se com muitas dificuldades numa situação de instabilidade política. Michel Temer (2016-2018), que substituiu o governo Dilma, não logrou estabelecer uma situação que poderíamos denominar de estabilidade hegemônica. Era um governo sob forte pressão oriunda de investigações e processos promovidos pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Na sequência, o governo Bolsonaro (2019-2022), embora mais sólido e estável que o de Temer, representa uma aliança inusitada no Brasil entre neoliberalismo e neofascismo, a aliança à qual o campo neoliberal teve de recorrer devido ao declínio de seus partidos políticos tradicionais. Foi o recurso ao neofascismo que permitiu à grande burguesia associada bloquear o retorno do Partido dos Trabalhadores e de sua política neodesenvolvimentista ao governo na eleição presidencial de 2018, mas tal recurso teve um custo, que foram a limitação do programa de reformas neoliberais, tanto no plano da política econômica quanto no plano da política social, e a continuidade do conflito entre as instituições do Estado — as ameaças do Executivo, sob o comando de Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) são constantes e desestabilizadoras.

De acordo com Boito Jr. (2023), a debilitação das instituições e dos valores democráticos liberais (burgueses) no Brasil começou a se apresentar no golpe de Estado de 2016 e seguiu durante o governo Bolsonaro, que, derrotado nas eleições presidenciais de 2022, questionou e rejeitou a credibilidade e legitimidade das urnas eletrônicas. Tal postura autocrática e autoritária resultou, no início de 2023, na malograda tentativa de mais um golpe de Estado e na intervenção do Judiciário e das Forças Armadas no processo político e eleitoral brasileiro, que deu vitória a Lula da Silva (PT) para a Presidência da República, assumindo um mandato que se estenderá até 2026. A pertinente análise de Frigotto explica a postura recorrente à instauração de golpes de Estado pelas classes dominantes na formação social brasileira para vetar resultados eleitorais obtidos por voto popular, como ocorreu no golpe de 2016, que interrompeu a frágil ordem democrática e o Estado de direito, pois

toda vez que há avanços na conquista de direitos pela classe trabalhadora, por menores que sejam, a classe dominante brasileira, com a violência das armas e pelo arbítrio da violência das leis, promove ditaduras ou desfere golpes de Estado (Frigotto, 2018, p. 25).

Conforme pode ser depreendido, o resultado das eleições presidenciais de 2022, com a vitória de Lula da Silva (após o golpe de Estado de 2016 e a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018), demonstrou também a retomada do processo democrático no país, além de evidenciar a disputa entre a burguesia interna e a associada ao capital internacional pelo controle da hegemonia capitalista, mantendo os conflitos das classes dominantes com a classe trabalhadora. Para Boito Jr. (2023), no que se refere ao aspecto econômico, a base social da burguesia associada ao capital estrangeiro, apegada ao neoliberalismo, foi o segmento mais engajado e mobilizado, não cabendo à “alta classe média” ter sido a dirigente do golpe de 2016 nem do programa neoliberal da frente golpista, focado na retirada dos direitos sociais

O Pronera, no decorrer de sua gênese e implementação e do avanço nas conquistas para a escolarização em todos os níveis dos sujeitos residentes no campo, foi um programa em contradição com o bloco no poder que opera o agronegócio no campo, podendo ser percebido em alguns aspectos de sua caracterização como política pública oriunda das lutas da classe trabalhadora do campo

da classe trabalhadora. O papel da “classe média” foi o de principal força motriz das manifestações de rua no processo de instauração do golpe de 2016.

Porém, a ascensão do governo Bolsonaro trouxe o neofascismo, além dos retrocessos nas conquistas de direitos e importantes políticas públicas. Conforme destaca Boito Jr. (2023), o governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista podem ser caracterizados como neofascistas (protofascistas) por apresentarem um reacionarismo de massa (característica do regime fascista) demonstrado no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa autoritária à democracia, na defesa da “pureza” e homogeneidade da nação e na defesa dos valores ligados ao patriarcalismo. Leher e Santos (2023) contribuem para essa análise ao postularem que o bolsonarismo preexistente (extrema direita militante), que ganhou força em 2014, encontrou seu Bolsonaro nas eleições de 2018, contexto marcado por crises sucessivas nas quais a extrema direita foi assumindo um papel relevante, embora não tenha liderado a preparação e instauração do golpe de 2016, cabendo ao bloco de poder manejado pelos aparelhos privados de hegemonia (APHs) empresariais e às frações burguesas dominantes esse mister.

De acordo com a análise de Leher e Santos (2023), a força motriz que desencadeou todos os retrocessos da era Bolsonaro foi o processo do golpe engendrado pelo bloco no poder cujos substratos históricos têm suas raízes lançadas sobre o capitalismo dependente (Fernandes, 1975) e as manifestações particulares das crises cíclicas do capitalismo mundial.

Acerca da complexa relação entre a autocracia burguesa (bloco da classe dominante no Brasil) e o fascismo, explicam os referidos autores que a confluência da autocracia burguesa em 2018 com o que denominaram de “lumpesinato bolsonarista”, os seus APHs da extrema direita e as forças militares é mais explicitamente neofascista do que a que Florestan Fernandes investigou em seus clássicos.

Outra característica do governo Bolsonaro foi o retrocesso das conquistas de direitos sociais e importantes políticas públicas que favoreciam a classe trabalhadora na área educacional, como o Pronera, desativado sob o referido governo, conforme será analisado a seguir.

3. PRONERA COMO RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA AO PROJETO HEGEMÔNICO CAPITALISTA E AUTOCRÁTICO (DO PÓS-GOLPE DE 2016 AO GOVERNO BOLSONARO)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado pela portaria nº 10/1998 e instituído pelo decreto presidencial nº 7.352/2010, constitui processo e resultado das lutas e conquistas da classe trabalhadora do campo pelo direito à educação do campo com qualidade, em vigência sob tensão durante o golpe de Estado de 2016, e foi desativado no governo Bolsonaro (2019-2022) pelo decreto nº 20.252/2020.

O Pronera, política pública de educação do campo, tem demonstrado uma contradição em sua dinâmica, característica de políticas sociais implementadas em formações sociais latino-americanas, historicamente conformadas ao sistema de acumulação do capital, como o Brasil, por ser este um país capitalista dependente, cuja forma-Estado dos últimos anos tem sido a ultraneoliberal. O movimento contraditório que estabelece o Pronera como processo e resultado das relações complexas e contraditórias entre Estado e sociedade civil é o mesmo que mostra a essência e particularidade do programa enquanto conquista das lutas da classe trabalhadora do campo organizada e como estratégia política e pedagógica de enfrentamento da questão agrária, na luta pela terra e por reforma agrária. Tal estratégia política e pedagógica se efetiva com o processo de organização, formação política e elevação da consciência de classe *em si* para classe *para si* dos sujeitos do campo, demonstrando o papel da educação como estratégia política da classe trabalhadora por sua emancipação do processo de alienação, exploração e expropriação capitalista.

O Pronera, no decorrer de sua gênese e implementação e do avanço nas conquistas para a escolarização em todos os níveis dos sujeitos residentes no campo, foi um programa em contradição com o bloco no poder que opera o agronegócio no campo, podendo ser percebido em alguns aspectos de sua caracterização como política pública oriunda das lutas da classe trabalhadora do campo.

O programa, com o avanço de suas ações, tornou-se ainda mais incômodo à classe dominante, que não tem interesse em que a classe trabalhadora do campo venha emancipar-se do processo de alienação, superexploração e expropriação ocasionado pelo agronegócio. E o contexto político pós-golpe de Estado de 2016, por intermédio dos governos ultraneoliberais e autocráticos Temer e Bolsonaro, tornou-se mais desfavorável à continuidade do programa, uma vez que as medidas e ações estatais daquelas gestões se caracterizaram pelo processo de descontinuidade de políticas educacionais importantes para a elevação da escolaridade da classe trabalhadora, cuja proposta pedagógica contraria os interesses do capital internacional, tanto na cidade quanto no território camponês, em que o processo de expropriação do trabalhador de suas terras tem se acirrado. Tal contexto político demonstra o que Fernandes (1975) afirmou sobre as relações entre poder político e as classes sociais em presença, as transformações estruturais da ordem social vigente em que o padrão de hegemonia burguesa se mantém por permitir a criação de novas estruturas de poder por meio das quais as classes privilegiadas restabelecem o monopólio social do poder a partir do topo da socie-



O anticomunismo é uma das ideias-força do discurso reacionário sustentado por Bolsonaro e seus apoiadores. Na foto, painel bolsonarista instalado às vésperas das eleições de 2022 em prédio de Porto Alegre (RS)

dade nacional. Essas novas relações estruturais da ordem social adequaram a legitimação da ordem econômica, sociocultural e política ao privilégio de seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe, e inovaram os seus controles sobre o Estado, tornando-os mais efetivos e eficientes para aquilo a que aspiram suas elites dirigentes.

Sob o aspecto do ordenamento jurídico, a referida política educacional logrou muitos avanços devido à amplitude e força de suas ações e foi alçada a política nacional de Estado de educação do campo sob o decreto nº 7.352/2010. Ademais, tiveram destaque a integração do programa, em 2004, no Plano Plurianual (PPA), instrumento que assegura a inclusão de uma ação específica no Orçamento-Geral da União, sua inclusão, em 2005, na previsão de recursos orçamentários para a execução de suas ações e o compromisso do governo de executar o referido programa educacional (Santos, 2012). Além do decreto nº 7.352/2010, houve a inclusão do artigo 33 na lei nº 11.947/2009 do Congresso Nacional, que autorizou o Poder Executivo a instituir o Pronera. Há, também, a lei nº 12.695/2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, que no artigo 14 dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo aos professores da rede pública de educação e aos estudantes do programa. A lei e o decreto constituem avanços no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, pois conferem ao Pronera o status de política permanente, sendo os referidos instrumentos necessários para a continuidade da política educacional no exercício de qualquer governo federal (Brasil, 2014; Santos, 2012).

O início da implementação do Pronera foi marcado por estratégias de ação política estatal de controle da participação dos movimentos sociais no processo de gestão do programa, com o controle de suas ações pelo Incra durante o período de 2000 a 2003, quando passou a ser proibida a celebração de convênios no âmbito do Pronera sem a expressa auto-

Cabe à classe trabalhadora o desafio de seguir na luta pela desfascistização do senso comum, pelos direitos sociais conquistados e sua ampliação, forjando alternativas diante da ofensiva autocrática deixada como desastroso legado do governo Bolsonaro

rização da Coordenação-Geral de Projetos Especiais, à qual o Pronera estava vinculado (Molina, 2003 *apud* Diniz; Lerrer, 2018). Esse aspecto revela a postura autoritária e autocrática do governo na execução da referida política educacional, inviabilizando a gestão participativa e colegiada do Pronera no fundamental, naquele período, e impossibilitando a participação dos movimentos sociais no processo de controle social das políticas públicas para além de beneficiários do programa, como sujeitos políticos e de políticas públicas.

Essa dimensão do Pronera revela duas características do Estado neoliberal brasileiro daquele período, em que, apesar do reconhecimento formal dos direi-

tos sociais, das garantias e prerrogativas cidadãs conquistadas com a Constituição Federal de 1988, arrefeceram-se movimentos sociais por meio de duas estratégias articuladas: a cooptação de lideranças sindicais, com vistas a gerar o imobilismo das bases a partir da implementação de políticas sociais compensatórias subordinadas à lógica do capital; e a criminalização dos movimentos sociais, que mantiveram o enfrentamento e autonomia em relação ao Estado (Araújo, 2019). A instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra”, criada no Congresso Nacional em 2003, e o respectivo “Relatório dos trabalhos da CPMI ‘da Terra’” (2005) são registros evidentes desse processo de criminalização e arrefecimento dos movimentos sociais pelo Estado neoliberal e trazem elementos para a análise do embate ideológico ao fazerem um discurso apologético da ideologia da classe dominante e de sua fração ligada ao agronegócio, ao latifúndio e à produção de *commodities*, facilmente encontrados nos relatos do referido documento. Fator que faz dele importante fonte de informações para esta pesquisa, sobretudo nas seções que se referem aos convênios do Pronera e ao MST, cuja ação política de ocupação de terras é distorcida pelo relatório da CPMI da Terra, que denomina o movimento de grupo econômico violento e invasor de terras produtivas de trabalhadores e pecuaristas, acusa-o de ser financiado pelos “cofres públicos” em grande medida e de representar uma ameaça à paz no campo e ao ordenamento jurídico vigente no país (Brasil, 2005, p. 6, 180).

Ainda de acordo com Molina (2003 *apud* Diniz; Lerrer, 2018, p. 259), a gestão participativa e compartilhada do Pronera, com base no tripé Estado-Universidades-movimentos sociais e sindicais populares do campo, que consta no *Manual de operações* (Brasil, 2014), só foi implementada durante o governo neodesenvolvimentista de Lula da Silva (em 2004), como parte de um conjunto de medidas e ações voltadas para a educação do campo durante o período de 2003 a 2016. Essas ações adotadas, formuladas e executadas estrategicamente

pelo Estado, com o objetivo de atender às demandas por políticas educacionais para o campo, significaram avanço e conquistas para as lutas e movimentos sociais do campo, uma vez que a educação do campo passou a integrar a agenda governamental, mas, conforme se verá a seguir, essas medidas não romperam com o processo de conformação do Estado ao capital, cujas consequências para o futuro do Pronera também serão abordadas.

Tais aspectos da caracterização do Pronera destacam sua interconexão com o projeto contra-hegemônico de desenvolvimento para o campo e de emancipação humana da classe trabalhadora do campo, com vistas não somente ao enfrentamento, mas à superação do processo de dominação, superexploração, humilhação e alienação realizado pelo capital, expresso nas relações sociais e econômicas, sobretudo em áreas de assentamento da reforma agrária, e imposto pelo agronegócio, projeto hegemônico operacionalizado pela classe dominante que obstaculiza a reforma agrária e toda a educação que viabilize o processo de emancipação da classe trabalhadora do campo. Trata-se, pois, de projetos radicalmente antagônicos, inscritos nas lutas de classes sociais do Estado capitalista, em que as classes e frações de classes dominantes que compõem o bloco no poder e a classe trabalhadora, que historicamente têm disputado o território camponês (material e imaterial) na formação social brasileira, demonstram seu caráter ideológico ao expressarem concepções de mundo distintas, as quais interagem em meio às determinações de caráter social, econômico, político e cultural, que se dão no movimento contraditório da totalidade concreta — a sociedade capitalista burguesa (Fernandes *et al.*, 2020; Poulantzas, 2000).

Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão das mudanças havidas na questão agrária brasileira e suas interconexões com o Pronera, uma vez que aquela ganhará contornos distintos dos definidos no período de sua gênese (forma-Estado neoliberal, no governo FHC) e de seu processo de implementação e consolidação como política de Estado em 2010, sob a égide dos governos neodesenvolvimentistas Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016) — que resultarão no agravamento da questão agrária no após o golpe de 2016 e a ascensão do governo Bolsonaro em 2019, com a retomada do Estado neoliberal, em sua fase ultraneoliberal e de extrema direita, com tendências profascistas (Leher, 2019).

Assim, estudos recentes de pesquisadores da Rede Dataluta são fundamentais para a compreensão desses movimentos da questão agrária na atual conjuntura política, a lógica de funcionamento de sua estrutura por meio das territorialidades de subordinação, resistência e emancipação dos sujeitos do campo e as territorialidades de dominação do capitalismo, expressas pela territorialização do latifúndio e do agronegócio, cujas políticas têm suporte do Estado, que passou a negligenciar políticas públicas importantes para o campo, como o Pronera em 2020, comprometidas com o enfrentamento do agronegócio, e a paralisar a reforma agrária, que passa pela maior retração da história (Fernandes *et al.*, 2020). Dentre as evidências mais graves do adensamento da questão agrária brasileira na atual fase ultraneoliberal e ultradireitista, e que tornam patente a estratégia do governo Bolsonaro (de 2019 a 2020) de não realizar a reforma agrária, está a defesa do uso de armas e da força policial contra a ocupação de terras, acirrando os conflitos no campo que marcaram 2019 com ações de despejo e violências contra comunidades tradicionais, indígenas, acampamentos e assentamentos. Em relação às políticas de implementação de assentamentos, as pesquisas do *Boletim Dataluta* têm registrado que não houve a criação de nenhum assentamento nem a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, tendo sido reconhecidos apenas dois territórios, cujas áreas já haviam sido delimitadas em anos anteriores pelo Programa Nacio-

nal de Reforma Agrária. Desse quadro de agravamento da questão agrária, salta aos olhos a retomada da estratégia de criminalização dos movimentos sociais (utilizada na década de 1990 pelo governo FHC) e a defesa explícita das frações de classe do capital agrário, os ruralistas e latifundiários, demonstrando o papel, retomado por um Estado subordinado aos interesses da classe dominante que opera o agronegócio, de disciplinar, controlar e desorganizar as lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais do campo (Mészáros, 2002; Poulantzas, 2000).

Outra característica da estratégia política de resolução dos conflitos no campo utilizada pelo governo Bolsonaro foi a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, autarquia responsável pelo financiamento do Pronera —, por meio de atos normativos, com interrupção de processos desapropriatórios, redução orçamentária e diversas medidas administrativas, ao nomear quadros profissionais com posicionamento contrário à reforma agrária. Sob a nova direção, que anistia os ruralistas e interrompe a reforma agrária, o Incra passa a atuar na segunda etapa das suas funções, que é a legalização de terras desapropriadas e emissão de títulos, com a suspensão e interrupção de processos de compra e desapropriação de terras. O atual Estado ultraneoliberal, de igual modo, interrompe a execução do Pronera, por decreto presidencial e desidratação da linha de financiamento dos recursos orçamentários destinados à política educacional.

Contudo, se o capital impõe seu controle à classe trabalhadora, articulado ao Estado (estrutura corretiva, que condensa relações materiais), negando direitos conquistados e minando o processo de democratização brasileira com a retomada da ofensiva de políticas ultraneoliberais, a luta camponesa é ainda mais fundamental, por via da retomada das estratégias políticas da classe trabalhadora e da ação política dos movimentos sociais antissistêmicos, sendo necessário que as lutas sociais venham renascer das próprias contradições internas.

Nessa perspectiva é importante notar que o próprio conceito de educação do campo, formulado na proposta político-pedagógica do Pronera, que nasce do contexto das lutas sociais pela garantia do direito a uma educação de qualidade e pela reforma agrária, possui essa capacidade de resgatar a autoestima e a formação da consciência de classe desses sujeitos, sobretudo por uma educação emancipatória como estratégia política, com raízes na educação popular (Leher, 2014). Assim, a educação do campo irá contribuir para a construção de uma memória coletiva do resgate da identidade dos sujeitos do campo, ao fortalecer seu sentimento de pertencimento ao segmento social no qual estão realmente inseridos (Caldart, 2008; Coutinho, 2009). Outro aspecto relevante é que a formação da consciência de classe não é algo espontâneo e necessita de rupturas com as ideologias dominantes. Conforme postula Leher (2014), para que a classe trabalhadora tenha uma formação política, é necessário um ambiente que favoreça a disseminação da cultura proletária, com base na tradição marxista, em sindicatos classistas e autônomos, partidos políticos e movimentos sociais antissistêmicos, uma vez que esse tipo de formação requer o protagonismo de lutas de classes que se afirmem em confronto evidente com o capitalismo. Ou seja, “só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida de suas forças, amplia seu horizonte, desenvolve suas capacidades, ilumina sua inteligência e tempera sua vontade” (Gramsci, 1982 *apud* Leher, 2014, p. 9). Nesse sentido é fundamental repensar a autonomia e função universitária, bem como o papel intelectual do professor, as novas formas de organização democrática da universidade e uma outra maneira de dialogar com os trabalhadores para além do diletantismo e proselitismo (Leher, 2019).



Lula em visita a assentamento do MST em Londrina (PR), março de 2022

4. CONCLUSÃO

A análise teórico-crítica proposta propiciou demonstrar que as formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes que se desenvolveram sob o capitalismo dependente, caracterizado pelo subdesenvolvimento e dependência da hegemonia do capital internacional, que, associado às burguesias locais, mantém o processo de dominação política e econômica, utilizando-se do poder político (Estado autocrático e autoritário) para manter o superprivilegiamento das classes dominantes sobre as classes dominadas (classe trabalhadora).

A formação social brasileira historicamente tem se desenvolvido sob o capitalismo dependente, em que as classes sociais dominantes, em disputa pelo controle da hegemonia burguesa, têm se associado ao capital hegemônico internacional e ao Estado capitalista para manter o processo de exploração e expropriação da classe trabalhadora, que luta pela sua emancipação humana perante o capital.

Buscou-se trazer as contribuições do Pronera para o processo de emancipação da classe trabalhadora, especificamente do território camponês, por ser aquele programa uma política pública educacional que, alçada a política nacional de Estado de educação do campo em 2010, foi desativada em 2020 sob o governo Bolsonaro, por estar em contradição com os blocos no poder da classe dominante que operacionalizavam o agronegócio no campo, estabelecendo-se como um projeto contra-hegemônico ante o capital.

Demonstrou-se que, por ser processo e resultado da complexa relação entre Estado e sociedade civil, o Pronera possui um aspecto contraditório em sua formulação, caracteris-

O atual contexto político, com a vitória democrática de Lula da Silva apesar de suas limitações e conformações ao capital, com as complexas alianças políticas estabelecidas com setores da burguesia nacional, lança luz sobre a redemocratização das relações políticas e institucionais, constituindo um desafio a reconstrução e retomada de importantes agendas e políticas educacionais, como o Pronera, comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora

tico das políticas sociais implementadas nas formações sociais latino-americanas, que é sua conformação ao processo de acumulação do capital, no que se refere a suas relações institucionais com a estrutura de poder político estatal do Brasil sob o capitalismo dependente, que mantém o padrão de hegemonia burguesa das classes dominantes.

Ademais, conforme destacou Leher (2023), constatou-se que cabe à classe trabalhadora o desafio de seguir na luta pela desfascistização do senso comum, pelos direitos sociais conquistados e sua ampliação, forjando alternativas diante da ofensiva autocrática deixada como desastroso legado do governo Bolsonaro. O autor postula que

o enigma da esfinge no Brasil atual consiste em indagar sobre como organizar e produzir ideias em curto prazo, que mobilizem — e instem à ação — grandes massas em prol da democracia e do bem-viver frente aos intentos neofascistas da guerra cultural, de ruptura institucional e do extremo neoliberalismo do governo Bolsonaro (Leher, 2023, p. 215).

Por fim, compreende-se que o atual contexto político, com a vitória democrática de Lula da Silva (PT) na disputa pela Presidência do Brasil (para o mandato de 2023 a 2026), apesar de suas limitações e conformações ao capital, com as complexas alianças políticas estabelecidas com setores da burguesia nacional, lança luz sobre a redemocratização das relações políticas e institucionais, constituindo um desafio a reconstrução e retomada de importantes agendas e políticas educacionais, como o Pronera, comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora.

* Pedagoga e mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Funcionária pública efetiva da rede de educação básica do Estado do Maranhão. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Gepolis e Deab (UFMA) e da Rede Universitas, eixo 7 – Educação Superior do Campo. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-0207-3487>>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6291232931056258>>. *E-mail*: michelle.sena.slz@gmail.com

► Texto recebido em 1º de setembro de 2023; aprovado em 16 de outubro de 2023.

ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de. Poder político e ação política do MST por Educação do Campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 245-269, 30 abr. 2021.

_____. **Relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — com o Estado na construção de políticas públicas de Educação do Campo no Maranhão (2003-2016)**. 2019. 190 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Relatório de trabalhos da CPMI “da Terra”**. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

_____. INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária — Pronera**: manual de operações. Brasília: MDA; Incra; Pronera, 2014.

BOITO JR., Armando. Os conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 9-30, 8 mar. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: _____ et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Do direito à Educação do Campo: a luta continua! **Aurora**, Marília, n. 5, p. 40-48, 2009.

DINIZ, Daise Ferreira; LERRER, Débora Franco. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): uma política pública para a democratização do Estado no Brasil. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 259-280, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46105>>. Acesso em: 17 set. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim Dataluta**, n. 145, p. 333-362, jan. 2020.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 33-122.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.). **Hegemonia burguesa na educação pública**: problematizações no curso Tems (EPSJV/Pronera). Rio de Janeiro: EPSJV, 2018. p. 5-16.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

_____. Experiências de lutas em contexto dito pós-neoliberal no Brasil: 2003-2013. **Revista Encuentros Latinoamericanos**, Montevideú, v. 8, n. 2, p. 99-169, dez. 2014.

_____. Forjando alternativas diante da ofensiva autocrática do governo Bolsonaro. In: _____ (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 215-236.

_____; Santos, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 9-43.

MÉSZÁROS, István. A ordem de reprodução sociometabólica do capital. In: _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 94-132.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Clarice Aparecida. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 631-639.